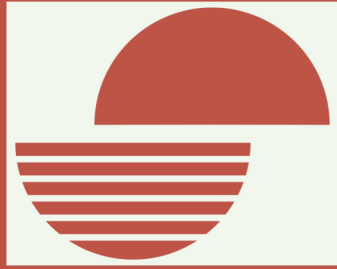
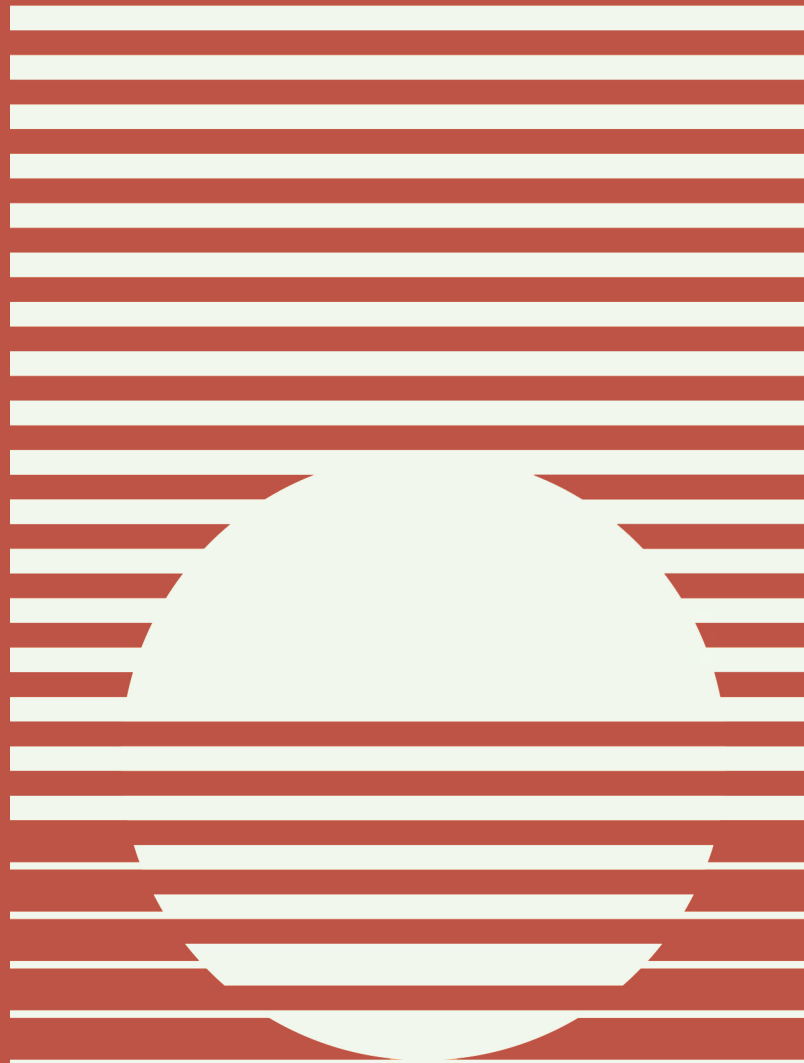


ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



LATITUDE
SUL



10
2017

CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Bruna Soares de Aguiar

Editor Adjunto: Hugo Bras Martins da Costa

Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadro, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leonardo Albarello Weber, Leonildes Nazar Chaves, Livia Liria Avelhan, Luã Braga de Oliveira, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Natalia Pasetti, Nicolle Garcia Berti, Niury Novacek Gonçalves de Faria.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

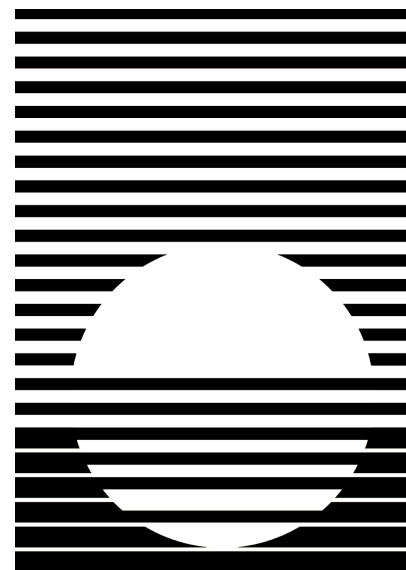
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Pela segunda vez, Câmara vota pela inadmissibilidade de denúncia contra Michel Temer
Remoções de brasileiros em cargos internacionais após críticas ao governo
Agravamento de problemas ambientais brasileiros repercutem no mundo

Página 05

Reeleição de Morales, aumento da polarização política e interferência da OEA
Vice-presidente do Equador é preso e divide a Alianza País

Página 06

Eleições regionais na Venezuela
Posição oficial da Argentina sobre a questão das Malvinas repercute entre os deputados de oposição
Países latino-americanos têm ativa participação no sistema das Nações Unidas

Página 07

Declaração de independência da Catalunha repercute na América Latina
Sem acordo, México, Canadá e EUA prorrogam renegociação do NAFTA para 2018

Página 08

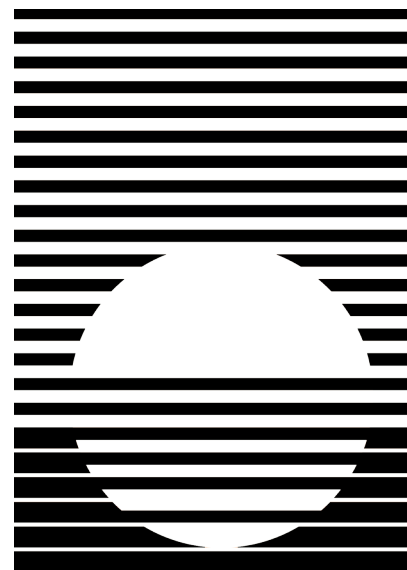
Xi Jinping promete nova era para o socialismo com características chinesas
Diplomatas da China e do Japão se reúnem para discutir segurança
Solidariedade Sul-Sul na Somália

Página 09

A Cooperação Árabe Cresce na África
Turquia, Irã e Iraque realizam exercícios militares conjuntos
Panorama mundial da migração forçada

Página 10

Alerta de retrocessos e perda de direitos
Denúncias contra a violência de gênero e exigências para consagração de direitos de mulheres e LGBT



Pela segunda vez, Câmara vota pela inadmissibilidade de denúncia contra Michel Temer

Em 14 de setembro, o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, apresentou denúncia ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o presidente Michel Temer, referente aos crimes de obstrução de justiça e organização criminosa. Em 18 de outubro, o tema foi levado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, quando, por 39 votos a favor, 26 contra e uma abstenção, recomendou-se a suspensão da denúncia contra Temer e dois Ministros de seu gabinete, Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria Geral). Em 25 de outubro, o parecer da CCJ foi levado ao plenário e, novamente, os deputados consideraram a denúncia contra Temer inadmissível, o que não autoriza o STF a investigar o caso. 251 deputados votaram a favor da inadmissibilidade, enquanto 233 votaram contra. Essa foi a segunda denúncia contra Temer após as delações dos executivos da JBS, Joesley e Wesley Batista. Na primeira, pelo crime de corrupção passiva, 263 deputados foram a favor da inadmissibilidade, 227 contra, com 2 abstenções. O resultado indica perda de apoio ao Planalto e rachas na base aliada, pois houve diminuição da quantidade de votos a favor de Temer em relação à primeira votação, além de divergências com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM). A delação dos empresários também implicou na denúncia contra o senador Aécio Neves, cuja cassação de mandato decidida pelo STF foi derrubada em 17 de outubro, por 44 votos a favor e 26 contra.

Fontes: [G1](#), 17/10/2017; [Poder 360](#), 18/10/2017; [G1](#), 25/10/2017; [Congresso em Foco](#), 25/10/2017; [Exame](#), 26/10/2017.

Remoções de brasileiros em cargos internacionais após críticas ao governo

Durante o mês de outubro, repercutiram na mídia nacional duas remoções de brasileiros que ocupavam cargos importantes em órgãos de envergadura internacional. Especula-se que a motivação das remoções está relacionada a críticas públicas feitas ao governo de Temer. O primeiro episódio ocorreu em 03 de outubro, quando o diplomata Julio de Oliveira Silva foi afastado do cargo de segundo-secretário do consulado do Brasil em Nova Iorque. Silva não recebeu aviso prévio, nem explicação para a transferência. No dia

27 de setembro, o diplomata havia estreado como colunista da revista “Carta Capital” e, em seu primeiro artigo, definiu o impeachment como “golpe”, além de fazer críticas ao atual governo. O Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (Sinditamaraty) pediu que o chanceler Aloysio Nunes explicasse a remoção, mas o Itamaraty não se pronunciou sobre o caso. Em 17 de outubro, a BBC Brasil publicou uma reportagem baseada em entrevistas com alguns diplomatas para tratar da existência de casos de perseguição política no Itamaraty e muitos deles apontaram um problema mais estrutural, centrado na falta de transparência e clareza nas promoções e remoções. O segundo episódio aconteceu em 12 de outubro, quando o economista brasileiro Paulo Nogueira Batista Jr. foi demitido da vice-presidência do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), também conhecido como Banco dos BRICS. O NBD declarou que a demissão foi decidida após a abertura de processo disciplinar que questionava a violação do código de conduta de executivos do banco, que proíbe a manifestação de opinião sobre a política doméstica dos países membros. O processo disciplinar foi motivado por artigos publicados por Batista Jr. em que, assim, como no caso de Silva, criticava o atual governo e afirmava que o processo de impeachment que levou Temer ao poder foi um golpe.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 04/10/2017; [Carta Capital](#), 04/10/2017; [Estadão](#), 05/10/2017; [Folha de S. Paulo](#), 13/10/2017; [BBC](#), 17/10/2017.

Agravamento de problemas ambientais brasileiros repercutem no mundo

No dia 17 de outubro, o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, comemorou a redução do desmatamento na Amazônia em 16% no período entre agosto de 2016 e julho de 2017, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). As mídias brasileira e internacional não deixaram de comemorar esses números, mas repercutiram o anúncio com um misto de ceticismo e crítica. Usando relatórios passados do próprio INPE, as matérias lembraram que essa redução anunciada pelo governo tem como base o período anterior, em que houve grande aceleração do desmatamento. Entre agosto de 2015 e julho de 2016, o desflorestamento crescera em 29%. Alguns veículos deram ênfase, também, na crítica feita por movimentos ambientalistas quanto à decisão de Michel Temer em permitir a troca de parte de multas ambientais por

prestação de serviços. Segundo esses movimentos, essa medida desconfiguraria a Lei de Crimes Ambientais, assim como reduziria a preocupação das grandes empresas com impactos ambientais. Por sua vez, Sarney Filho afirmou que empresas responsáveis por grandes crimes ambientais não seriam incluídas nesse benefício, devido ao impacto causado. Na ocasião, o ministro citou o exemplo da Samarco no caso do rompimento da barragem em Mariana, mas não definiu com clareza o que seria considerado “grandes crimes ambientais”.

Fontes: [Reuters](#), 17/10/2017; [O Povo](#), 18/10/2017; [BBC](#), 18/10/2017; [TeleSur](#), 21/10/2017; [Folha de S. Paulo](#), 23/10/2017; [The Times of India](#), 24/10/2017; [Climate Home News](#), 27/10/2017.

Reeleição de Morales, aumento da polarização política e interferência da OEA

O mês de outubro foi marcado por diversas iniciativas e repercussões relacionadas à tentativa do presidente boliviano, Evo Morales, de se candidatar a uma nova reeleição para presidência. No dia 28 de setembro, o Tribunal Constitucional Plurinacional aceitou recurso do Movimiento Al Socialismo (MAS), partido de Morales, requerendo alteração em três artigos da Constituição para que seja possível uma nova postulação à Presidência da República. O presidente não poderia se candidatar novamente visto já ter sido reeleito uma vez - e a Constituição boliviana não prevê uma segunda reeleição. Desde então, ocorreram diversas manifestações no país. Grandes protestos, tanto contra como a favor da postulação do presidente, tiveram lugar nas maiores cidades do país durante o mês. No dia 11 de outubro, quando ocorreu a maior das manifestações, cerca de dez mil pessoas foram às ruas. A oposição ao governo alega que o MAS deve respeitar o referendo de fevereiro, no qual Morales foi derrotado, com a vitória do “não” à sua nova candidatura. No início de outubro, uma delegação boliviana levou à Organização dos Estados Americanos (OEA) denúncia contra seu Secretário Geral, Luis Almagro. De acordo com o governo boliviano, Almagro está interferindo na política doméstica do país, já que este se posicionou publicamente de maneira contrária a uma nova reeleição de Morales. Em resposta, cinco líderes da oposição também levaram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA denúncia contra o governo boliviano, pois alegam que o presidente desrespeita o Pacto de São José, fundador da instituição, ao investir em nova candidatura. No

dia 05 de outubro, o embaixador dos Estados Unidos na OEA convidou senadores de diversos países para reunião organizada por políticos da oposição ao MAS para debater a questão da nova postulação - fato que levou a reclamações oficiais por parte do governo boliviano. Ainda que as eleições presidenciais deverão ocorrer apenas em 2019, tem crescido a polarização entre o MAS e os partidos de oposição na Bolívia.

Fontes: [La Razón](#), 02/10/2017; [El Deber](#), 03/10/2017; [El Deber](#), 04/10/2017; [La Razón](#), 05/10/2017; [La Razón](#), 06/10/2017; [La Razón](#), 06/10/2017; [El Deber](#), 06/10/2017; [La Razón](#), 11/10/2017.

Vice-presidente do Equador é preso e divide a Alianza País

Em 02 de outubro, o vice-presidente do Equador, Jorge Glas, foi preso de modo preventivo em meio a investigações de que teria recebido propina da Odebrecht enquanto integrou, em distintos cargos, os governos de Rafael Correa (2007-17). Os indícios de corrupção, ainda sigilosos, foram repassados aos órgãos de fiscalização equatorianos pelos Estados Unidos. Caso fique preso por mais de três meses, Glas pode ser destituído do cargo pela Assembleia Nacional. O presidente equatoriano, Lenín Moreno, designou sua Ministra de Desenvolvimento Urbano, María Alejandra Vicuña, para ocupar a vice-presidência interinamente. A prisão de Glas levou a uma divisão de posições dentro do seu partido, Alianza País (AP), entre aqueles que demandam que ele renuncie imediatamente e os que alegam motivações políticas por trás da ação. A divergência se soma a um descontentamento prévio deste segundo grupo com os rumos da presidência de Lenín Moreno, que vem se afastando do ex-presidente Correa ao emitir críticas a políticas adotadas na sua administração, a despeito de ambos serem da AP. Na última ação deste tipo, Moreno anunciou, no início de outubro, que será realizada uma consulta popular, ainda sem data definida, a respeito de sete temas, entre os quais constam a invalidação de uma emenda constitucional que permite reeleições indefinidas para cargos públicos, a revogação de uma lei que regulamenta os lucros do setor de construção civil e a reformulação do “Consejo de Participación Ciudadana y Control Social”, todos considerados legados emblemáticos de Correa. Em 31 de outubro, o diretório nacional da AP destituiu Moreno da presidência do partido, passando o cargo a Ricardo Patiño, próximo de Correa. Contudo, dois dias depois, um tribunal de garantias penais invalidou a decisão com base em medida cautelar movida pelo presidente equatoriano, que argumentou

ter havido desrespeito a procedimentos internos do partido. Em 07 de novembro, 47 parlamentares da AP – incluindo José Serrano, presidente da Assembleia Nacional – divulgaram um documento em que manifestaram apoio a Moreno, à consulta popular e à governabilidade. A AP é o grupo majoritário dentro do Legislativo, onde conta com 74 assentos, de modo que o desenrolar dessa crise interna é fundamental para definir a estabilidade do governo de Moreno.

Fontes: [El Mercurio](#), 02/10/2017; [El Universo](#), 02/10/2017; [El Mercurio](#), 04/10/2017; [El Mercurio](#), 27/10/2017; [El Mercurio](#), 02/11/2017; [El Universo](#), 07/11/2017.

Eleições regionais na Venezuela

No dia 15 do mês de outubro ocorreram na Venezuela eleições para governadores estaduais. Essas eleições deveriam ter sido realizadas em dezembro de 2016, mas foram adiadas duas vezes. A Mesa de Unidade Democrática (MUD), coalizão opositora, esperava uma ampla vitória, mas ganhou em apenas cinco dos 23 estados do país. A oposição criticou o processo eleitoral, alegando fraude, em adição a críticas que já vinha fazendo antes do pleito ao Conselho Nacional Eleitoral, no sentido de este dificultar as candidaturas opositoras e acusando-o de ser um bastião do governo. A MUD, constituída por vários partidos, enfrenta agora uma maior divisão interna, entre aqueles que defendem o boicote às próximas eleições municipais e aqueles que desejam participar da disputa. O Grupo de Lima, conjunto de 12 países americanos, já havia solicitado a presença de observadores internacionais independentes nas eleições regionais. No dia 17 de outubro, em reunião realizada no Canadá, o grupo pediu também uma auditoria dos votos. O Grupo de Lima reiterou não reconhecer a legitimidade da Assembleia Nacional Constituinte do país, afirmando que não há mais democracia na Venezuela. Além disso, no dia 04 de novembro, o grupo condenou especificamente a suspensão da imunidade parlamentar do vice-presidente da Assembleia Nacional, Freddy Guevara. A suspensão foi decidida pelo Tribunal Supremo de Justiça, que também proibiu o deputado de sair do país e o mesmo deverá ser julgado por fomentar a violência em protestos, o que o levou a pedir refúgio na Embaixada do Chile em Caracas.

Fontes: [El Nacional](#), 12/10/2017; [El Comercio](#), 17/10/2017; [El Universal](#), 25/10/2017; [El Nacional](#), 04/11/2017; [G1](#), 05/11/2017.

Posição oficial da Argentina sobre a questão das Malvinas repercute entre os deputados de oposição

Neste mês de outubro, os jornais argentinos destacaram duas questões importantes sobre o tema das Malvinas. A primeira relativa à oposição ao governo no Congresso que fez críticas às diretrizes de política externa para a questão. Os opositoristas criticaram a postura da chancelaria argentina no foro do G77 +China, pois ela estaria suavizando a reivindicação de que a ilha é de posse legítima da Argentina, sobretudo por utilizarem conceitos de um comunicado conjunto com o Reino Unido, que desfavorecem a posição argentina. Além disso, a oposição alegou que a declaração ministerial do G77 desvaloriza o pleito da Argentina nas Malvinas, pois não deixa claro que as duas partes – Argentina e Reino Unido – devem se abster de tomar medidas unilaterais até que se resolva a questão da soberania da ilha. Os deputados da oposição ainda apresentaram um projeto de resolução para que se desse mais explicações ao Legislativo sobre a postura da Presidência e do Ministério das Relações Exteriores argentino. Eles também criticaram a atuação da embaixada argentina em Londres, pois consideram que há um desequilíbrio na relação com o Reino Unido: apesar de ambos os países trabalharem por uma aproximação, o embaixador britânico em Buenos Aires, Mark Kent, adota uma posição mais dura no que concerne às Malvinas. A segunda questão em destaque na imprensa foi relativa a intenção britânica, exposta pelo chanceler do Reino Unido, de realizar exercícios militares no arquipélago. O governo argentino adotou um tom mais assertivo e criticou essa medida, fazendo um protesto formal à embaixada britânica em Buenos Aires. A chancelaria argentina emitiu um comunicado oficial destacando que essas práticas militares não são respaldadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e por outros organismos internacionais e que as denunciará junto ao Secretário-Geral da ONU, António Guterres.

Fontes: [Clarín](#), 05/10/2017; [Clarín](#), 06/10/2017; [Clarín](#), 26/10/2017; [La Nación](#), 26/10/2017.

Países latino-americanos têm ativa participação no sistema das Nações Unidas

No mês de outubro, os países da região tiveram uma intensa participação em diferentes organismos pertencentes no sistema da Organização das Nações Uni-

das (ONU). Chile, México e Peru foram eleitos como membros do Conselho de Direitos Humanos da ONU para o período 2018-2020, ocupando três das oito cadeiras disponíveis para América Latina e o Caribe, junto com Brasil, Cuba, Equador, Panamá e Venezuela que já pertenciam ao Conselho. Este organismo é composto por 47 Estados e é responsável pela promoção e proteção de todos os direitos humanos no mundo. Peru, membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU para o biênio 2018-2019, foi indicado para presidir o Comitê contra o Terrorismo (CTC) desse organismo, a partir de janeiro de 2018. Este país também foi designado para presidir outros órgãos subsidiários do Conselho como o Grupo de Trabalho Informal sobre Tribunais Internacionais e o Comitê de Sanções sobre Iêmen. Paraguai, por sua vez, participou da assembleia da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), na qual destacou os avanços da implementação do sistema internacional de propriedade intelectual no país e a luta contra a pirataria, ao mesmo tempo em que agradeceu o apoio desse organismo na proteção aos direitos de proteção intelectual. Por fim, o Uruguai sediou a Conferência mundial sobre Doenças não Transmissíveis Organização Mundial da Saúde (OMS) entre os dias 18 e 20 de outubro de 2017, organizada pela presidência deste país que tem liderado várias políticas sobre saúde coletiva, como a luta contra o tabagismo. O presidente uruguaio, Tabaré Vázquez, também reuniu-se com os mandatários da Argentina, Chile e Paraguai, que compareceram a um encontro de chefes de Estado e de governo para tratar dos avanços e desafios de políticas de saúde em prol da prevenção deste tipo de doença.

Fontes: [La Nación](#), 03/10/2017; [El Universal](#), 16/10/2017; [El Comercio](#), 16/10/2017; [Emol](#), 16/10/2017; [El Comercio](#), 17/10/2017; [El País](#), 17/10/2017.

Declaração de independência da Catalunha repercute na América Latina

Em 1º de outubro, foi realizada na Catalunha, no leste da Espanha, uma consulta popular sobre a separação e independência da região, que possui, aproximadamente, 7,5 milhões de habitantes. Após a resposta a favor da separação, com 90% dos votos, o Parlamento da Catalunha declarou unilateralmente, em 27 de outubro, a independência da região em relação ao governo espanhol, afirmando que a Catalunha passaria a ser um país soberano e republicano. O governo da Espanha não reconheceu a realização da consulta popular,

nem a declaração de independência, considerando que ambas violam a Constituição do país. O caso repercutiu na América Latina, com posicionamentos oficiais de governos em defesa do governo espanhol, de acordo com a tradição do continente de prevalência da integridade territorial e da não intervenção em assuntos internos de outros Estados. O presidente da Colômbia, Juan Manuel Santos, afirmou que “ao mundo convém uma Espanha unida”, posição também defendida pelo governo paraguaio, que demonstrou apoio ao presidente espanhol, Mariano Rajoy, em sua tentativa de destituir o Parlamento da Catalunha. Os Ministérios das Relações Exteriores do Brasil, México, Peru e Equador também emitiram comunicados em que rechaçam a declaração unilateral de independência e reafirmam a unidade espanhola. De forma destoante, o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, criticou Rajoy pela repressão violenta aos independentistas e apoiou a consulta catalã, ao considerar que a região tem o direito de decidir sobre sua situação. O governo espanhol continua a não reconhecer a declaração de independência e insistiu que o ato constitui uma violação do Estado do Direito.

Fontes: [El Universal](#), 01/10/2017; [Chancelaria do Equador](#), 27/10/2017; [El País](#), 27/10/2017; [El Universal](#), 27/10/2017; [El Comercio](#), 28/10/2017; [Itamaraty](#), 28/10/2017; [La Nación](#), 01/11/2017.

Sem acordo, México, Canadá e EUA prorrogam renegociação do NAFTA para 2018

Em 17 de outubro, durante o encerramento da quarta rodada de negociações do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA – em inglês), os representantes comerciais do México, Canadá e dos Estados Unidos, concordaram em estender o prazo de conclusão das negociações sobre a área de livre comércio do final de 2017 para o primeiro trimestre de 2018, em pleno ano eleitoral para a presidência no México. Essa prorrogação é resultado da ausência de consenso entre as partes em temas considerados centrais por elas. A quarta rodada foi dominada por demandas dos EUA que foram entendidas como muito agressivas pelas outras partes. México e Canadá mantiveram posicionamento convergente ao rechaçar as propostas dos EUA em temas como regras de origem automotoras medidas por país; mudanças na metodologia para fixar a compensação recebida por dumping ou subsídios em produtos agrícolas; cláusula de renovação quinquenal do Tratado; e a eliminação do mecanismo de solução de controvérsias em matéria

de dumping e subsídios agrícolas. Ao final da rodada, o secretário de economia mexicano, Ildefonso Guajardo, garantiu que o México seguirá aberto ao diálogo, porém não irá ceder em questões que considera vitais. Também reprovou a insistência estadunidense em estabelecer cláusula de renovação quinzenal do Nafta e afirmou que apesar das diferenças atuais, as partes devem assegurar que as decisões tomadas nas negociações não se tornem um problema futuro. Por sua vez, o representante comercial dos EUA, Robert Lighthizer, queixou-se de que o Canadá e o México não estariam dispostos a aceitar propostas dos EUA em áreas que ele entende como menos controversas do acordo comercial, nem em questões que o governo dos EUA afirma serem necessárias para chegar a um acordo.

Fontes: [Valor Econômico](#), 17/10/2017; [UOL](#), 17/10/2017; [Milênio](#), 17/10/2017; [El Economista](#), 18/10/2017; [Valor Econômico](#), 18/10/2017; [G1](#), 19/10/2017.

Xi Jinping promete nova era para o socialismo com características chinesas

Em 18 de outubro, durante o discurso de abertura do XIX Congresso do Partido Comunista da China, o presidente chinês, Xi Jinping afirmou que depois de décadas de trabalho árduo, o socialismo com características chinesas entrou no limiar de uma nova era de desenvolvimento, cujo grande objetivo é fazer o país ascender a um novo patamar na arena global. Xi Jinping prometeu que em 2049, ano do centenário de fundação da República Popular da China, o país consolidar-se-á como uma grande nação socialista, próspera, forte, harmoniosa e, nos termos do próprio presidente chinês, “democrática”. Isso permitirá que o país se torne uma potência global, aproximando-se do centro do cenário internacional e fazendo maiores contribuições para a humanidade. Além disso, ele declarou que o sucesso do modelo chinês mostra que há novas alternativas para outros países. Ao avaliar seus primeiros cinco anos de governo, o Presidente chinês disse que seu país ocupa agora uma posição de maior destaque no mundo. No que se refere às medidas a serem adotadas nos próximos anos, Xi Jinping falou em conter os desequilíbrios e os problemas financeiros, mas sem reduzir os riscos de consumo, em continuidade das reformas econômicas e em igualdade de tratamento a todas as empresas presentes no país.

Fontes: [Xinhuanet](#), 18/10/2017; [O Globo](#), 18/10/2017;

[El País](#), 18/10/2017; [Folha de S. Paulo](#), 18/10/2017; [Público](#), 18/10/2017; [Terra](#), 18/10/2017; [Valor Econômico](#), 19/10/2017; [Xinhuanet](#), 19/10/2017; [China Economic Review](#), 19/10/2017.

Diplomatas da China e do Japão se reúnem para discutir segurança

No dia 27 de outubro, aconteceu o 15º Fórum China-Japão de Diálogo em Segurança, na cidade de Tóquio. No encontro, diplomatas e oficiais de relações exteriores e de defesa das duas potências asiáticas debateram sobre diversos temas ligados à segurança regional e global, além de tratar das políticas de defesa de cada país e sobre oportunidades para comunicação e cooperação em segurança bilateral. As autoridades chinesas reforçaram que o país é um facilitador da paz e estabilidade internacionais, além de aderir ao caminho do desenvolvimento pacífico, pedindo a promoção de uma visão de segurança comum, abrangente, cooperativa e sustentável. O país também expressou preocupação quanto aos movimentos do Japão nas áreas militar e de segurança nos últimos anos. O Japão informou que continuará a ser um país pacífico e cumprirá a postura de defesa apenas. Os dois lados concordaram em continuar a realizar diálogos e melhorar a gestão de controle de crises. O ano de 2017 marca o 45º aniversário da normalização das relações diplomáticas entre China e Japão, e no fórum, o Ministro Assistente de relações exteriores chinês, Kong Xuanyou, reforçou a importância dos países aproveitarem a oportunidade para superar obstáculos e consolidar a melhoria das relações bilaterais. O Ministro de relações exteriores japonês, Taro Kono, declarou que o Japão atribui importância à sua relação com a China e está disposto a fazer esforços conjuntos para melhorar e desenvolver as relações entre os dois países.

Fonte: [China Daily](#), 28/10/2017; [XinhuaNet](#), 28/10/2017; [Japan Today](#), 28/10/2017.

Solidariedade Sul-Sul na Somália

Em 17 de outubro, o governo da Turquia enviou profissionais e equipamentos médicos para atender a população atingida no atentado em Mogadíscio, capital da Somália. A explosão do caminhão-bomba na cidade matou mais de 300 pessoas, o maior número de mortos em atentados terroristas desde 11 de setembro, e deixou muitos feridos. Além do envio de profissionais, a Turquia também se disponibilizou a transferir os casos mais graves para Ancara, capital turca, a fim

de continuar o tratamento desses pacientes. A pronta resposta do governo turco, depois da pior agressão sofrida pela Somália, pode ser associada às boas relações bilaterais construídas nos últimos anos. Depois de uma visita de Erdogan às vítimas da fome e da seca na Somália, em 2011, o governo turco passou a desenvolver uma política humanitária com esse país africano, o que permitiu a Turquia expandir sua influência na África. As agências públicas da Turquia passaram a participar de projetos de reconstrução de infraestrutura e investimento nos setores de saúde e educação na Somália, como a Agência Turca de Cooperação (TIKA, sigla em turco), o Ministério de Assuntos Religiosos (Diyamet, religioso em língua turca) bem como empresas privadas. A presença turca na Somália cresceu significativamente nos últimos anos em termos econômicos. A área agricultável e a costa mais extensa da região fazem da Somália um parceiro-chave para a construção de relações bilaterais, que sirvam de entrada da Turquia ao mercado africano. Além da Turquia, outros países do Sul também mostraram solidariedade com o povo somaliano, como Etiópia e Djibuti. Por sua vez, Catar enviou um avião para transferir outros 40 feridos para Sudão.

Fontes: [Estadão](#), 17/10/2017; [El País](#), 18/10/2017; [Panapress](#), 26/10/2017; [Agência Angola Press](#), 17/10/2017; [Folha de São Paulo](#), 16/10/2017.

A Cooperação Árabe Cresce na África

Em 25 de outubro, o Banco Árabe para o Desenvolvimento Econômico da África (BADEA) e o governo da Guiné-Bissau assinaram um acordo financeiro, em que a entidade bancária dos países árabes prometeu conceder um empréstimo de US\$ 11 milhões para a construção de uma central elétrica na Guiné-Bissau. A assinatura do empréstimo foi feita em Washington, durante a participação do ministro das Finanças da Guiné-Bissau, João Aladje Fadia, na Assembleia Anual do Fundo Monetário Internacional, que decorreu entre os dias 10 e 15 de outubro. Segundo o site oficial do BADEA na internet, esse empréstimo visa cobrir metade do projeto de construção da referida central elétrica na capital Bissau, orçado em um custo total de US\$ 22,25 milhões. Os outros 50% serão garantidos pelo governo guineense e por outra entidade financeira. Embora a presença de países árabes na África seja histórica, tem sido intensificada nos últimos anos. O BADEA tornou-se um dos principais canais de cooperação e investimento do mundo árabe no continente africano. Durante o ano de 2017, o BADEA aprovou pacotes financeiros no montante de US\$ 88 milhões para financiar o

desenvolvimento da África subsaariana.

Fontes: [Macauhub](#), 26/10/2017; [Lusa](#), 25/10/2017; [O Jogo](#), 25/10/2017; [Sapo](#), 24/07/2017; [Rumo](#), 26/10/2017.

Turquia, Irã e Iraque realizam exercícios militares conjuntos

Em outubro, as Forças Armadas da Turquia, do Irã e Iraque realizaram exercícios militares conjuntos em Şırnak- Silopi. As manobras foram interpretadas pela mídia local como uma mensagem ao Governo Regional do Curdistão (KRG, sigla em inglês) de que, caso o projeto de independência seja levado a cabo, todos os meios necessários para evita-lo estarão disponíveis. O governo turco rejeita qualquer mudança em nível regional que possa ameaçar a sua unidade territorial. Inclusive, anunciou que tomará medidas punitivas às lideranças curdas no país e aos territórios curdos de Arbil, como fechamento de fronteiras e espaço aéreo, retirada de empresas e cancelamento das importações de petróleo, caso o resultado do referendo pela independência não seja suspenso. Além disso, o governo turco vem aproximando-se diplomaticamente dos governos do Iraque e do Irã para discutir a questão curda e buscar soluções coordenadas.

Fontes: [MEMO](#), 01/10/2017; [Middle East Online](#), 04/10/2017; [YeniSafak](#), 05/10/2017; [RFE/RL](#), 17/10/2017.

Panorama mundial da migração forçada

No dia 09 de outubro, cedendo a pressões da ala conservadora nas vésperas das eleições, Angela Merkel, primeira ministra alemã, assinou acordo entre o seu partido, União Democrata Cristã (CDU) e União Social Cristã (CSU), no qual se comprometeu a estabelecer o teto para recebimento de 200 mil refugiados por ano. Nos EUA, em 18 de outubro, entrou em vigor o veto de Trump a entrada de venezuelanos e norte coreanos em território estadunidense. Em contrapartida, foi retirado o embargo aos países mulçumanos (Líbia, Iêmen, Síria, Iran, Somália e Chad). E no dia seguinte, foi concluída a construção de cinco protótipos de muros, de oito, encomendados por Trump para a fronteira com o México. O Congresso estadunidense ainda não aprovou nenhum financiamento para a obra, mas os protótipos prontos serão encaminhados ao Departamento de Segurança Nacional (DHS, sigla em inglês) para avaliação.

Enquanto vetos e limites são impostos aos migrantes forçados, o número de pessoas que são obrigadas a se deslocar tem aumentado. Em outubro a crise de refugiados em Mianmar completou um mês. A Anistia Internacional afirmou que além de mortes, estão sendo cometidos abusos contra mulheres e meninas da etnia rohingya. Pelo menos 288 vilarejos foram destruídos no norte da cidade de Rakhine, em Mianmar, e cerca de 600 mil refugiados estão em Bangladesh. No dia 23 de outubro, foi noticiado que a Organização das Nações Unidas (ONU), junto à União Europeia e o governo do Kuwait, se comprometeu a arrecadar em torno de 434 milhões de dólares até fevereiro de 2018 para atuar na questão. Apesar de ainda ter muito o que ser feito em relação à Síria, em 25 de outubro, o governo turco anunciou que, pelo menos, 31 mil refugiados sírios haviam regressado ao país de origem na primeira metade de 2017. Cerca de 53.798 apenas em setembro, em razão do Eid al Adha, Festa do Sacrifício, uma das principais comemorações muçulmanas. A Turquia abriu a fronteira com a Síria permitindo o retorno temporário. Ao fim da festividade, em torno de seis mil refugiados não retornaram a Turquia, de acordo com o Departamento de Migrações.

Fontes: [DW](#), 09/10/2017; [El Universal](#), 19/10/2017; [BBC](#), 20/10/2017; [El Universal](#), 20/10/2017; [El País](#), 23/10/2017; [DN](#), 25/10/2017; [El País](#), 25/10/2017; [E-Independent](#), 30/10/2017.

Alerta de retrocessos e perda de direitos

A Somália sofreu, neste mês de outubro, três ataques terroristas. O pior deles, que aconteceu no dia 14 de outubro, e é considerado o maior ataque terrorista de sua história, matou 350 pessoas e outras 300 ficaram feridas. Porém, a notícia teve pouca repercussão da mídia brasileira e internacional, o que gerou críticas feitas por internautas e a criação da tag “#PrayforSomalia” para dar visibilidade ao acontecimento. Apesar de países do Oriente Médio, África e Ásia sofrerem mais ataques terroristas, levando em conta o número de cidadãos mortos, feridos e feitos reféns, são países do norte global que recebem mais atenção da mídia. Direitos humanos também estão ameaçados no Brasil. No dia 19 deste mês, a ONU criticou a portaria número 1129, do dia 13 de outubro, que muda o conceito de trabalho análogo à escravidão e enfraquece a fiscalização. Alertou também que esta portaria põe em risco a vida de vários brasileiros e vai contra as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

da ONU (ODS). Contudo, o governo de Temer diminuiu, no início deste ano, a verba para as fiscalizações de trabalho escravo no país, o que resultou em queda considerável no número de trabalhadores resgatados. Dias depois da repercussão negativa, no dia 24 de outubro, a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a portaria. Em meio a discussão sobre o assunto, no último dia 28, a polícia federal brasileira libertou seis peruanos que estavam trabalhando em condições análogas ao trabalho escravo em São Paulo, o que reforça a importância do combate a este tipo de violação aos direitos humanos.

Fontes: [El País](#), 14/10/2017; [BBC](#), 15/10/2017; [ONU](#), 19/10/2017; [Carta Capital](#), 24/10/2017; [Revista Fórum](#), 26/10/2017; [Aljazeera](#), 28/10/2017; [Estadão](#), 28/10/2017.

Denúncias contra a violência de gênero e exigências para consagração de direitos de mulheres e LGBT

No 1º de outubro, ocorreu, na Alemanha, o primeiro casamento homoafetivo, após Angela Merkel ter abandonado sua oposição histórica à questão, influenciada por sua formação conservadora do Partido Social Cristão-Bávaro (CSU) do qual faz parte. A união legal possibilitou aos recém-casados as mesmas vantagens fiscais e a possibilidade de adoção, já garantida aos casais heterossexuais. Enquanto em Berlim o casamento gay é celebrado, a Romênia atraiu ativistas internacionais conservadores em apoio a um funcionário de Kentucky, que foi preso por se recusar a conceder licenças para casais LGBT. O código civil da Romênia proíbe a parceria homoafetiva, no entanto, a Constituição do país, que define o casamento entre cônjuges, é neutra em termos de gênero. O que na teoria, pode vir a permitir a união homossexual no futuro. Os dois casos mostram a importância de representantes no espaço político que impulsionem a agenda de gênero. No Uruguai, em 10 de outubro, Michelle Suárez tomou posse do poder legislativo como a primeira mulher transexual, com promessas que buscam obter ações positivas para a comunidade LGBT. Na França, a secretária de Estado para a Igualdade entre homens e mulheres, Marlène Schiappa, anunciou, no dia 16 de outubro que, o presidente Emmanuel Macron quer consultar a sociedade para ampliar de 20 para 30 anos o período de prescrição do crime de violência sexual contra menores, e definir uma idade mínima para relações sexuais consentidas. Ao contrário do Brasil e

da maioria dos países europeus, a legislação francesa não prevê uma idade mínima de consentimento sexual. Na Índia, a partir do decreto do Supremo Tribunal Federal no dia 11 de outubro, sexo com “meninas esposas” menores de idade passou a ser considerado estupro. O debate em torno da violência contra a mulher foi pauta do mês também em Hollywood quando atrizes denunciaram, no dia 05 de outubro, o produtor Harvey Weinstein de cometer assédio e violência sexual. Sobre esse caso, Hillary Clinton, candidata de oposição à Trump nas últimas eleições e pessoa próxima à Weinstein, afirmou, em entrevista para o “Britain’s Channel 4 News” que ficou surpresa em saber sobre as atitudes do produtor e recordou que os estadunidenses elegeram uma pessoa que admite assédio sexual. Em solidariedade à atriz Alyssa Milon e as demais 50 atrizes vítimas do produtor, em apenas um dia, 200 mil internautas declararam já ter sofrido assédio com a hashtag “me too”. Na cidade do México, metade da população feminina afirmou também já ter sido vítima de assédio e, parte dessa, tem buscado nas artes marciais a técnica de defesa pessoal para ter condições de se defender sozinhas em casos de recorrência de violência de gênero. cravo em São Paulo, o que reforça a importância do combate a este tipo de violação aos direitos humanos.

Fontes: [BBC](#), 01/10/2017; [El Observador](#), 10/10/2017; [The Wire](#), 11/10/2017; [The Guardian](#), 13/10/2017; [Washington Post](#), 14/10/2017; [El Pais](#) 16/10/2017; [BBC](#), 16/10/2017; [El Pais](#), 17/10/2017.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

